



ALEGO

Deputado compara exposição a 'adoração ao demônio'

Sérgio Rocha



O parlamentar criticou uma mostra que reúne obras inspiradas nas religiões de matriz africana. **Página 7**

TP

TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 38 - Nº 1.818 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 9 A 15 DE NOVEMBRO DE 2025
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

IMPOSTO DE RENDA

Isonção acende alerta nos municípios goianos

Ricardo Stuckert / PR



TCM-GO aponta que metade das prefeituras vai perder 25% da receita oriunda do IR retido na fonte. **Página 9**

SEGURANÇA

Goiás tem 86% dos municípios sem homicídios em outubro

O menor número de homicídios de toda a série histórica, iniciada em 2016: foram contabilizados 57 casos em 35 municípios, número 77,7% menor em relação a outubro de 2016, quando houve 256 homicídios.

Página 8



Secom

ENTREVISTA

ZACHARIAS CALIL

Deputado federal UB

“Já desapeguei do grupo de Caiado”

Deputado busca nova legenda para disputar uma cadeira no Senado em 2026 e afirma que, desta vez, não vai desistir. Só o Senado o interessa.

Páginas 4, 5



Divulgação

GOIÂNIA

Paço prevê alta de ICMS e IPVA em 2026

Divulgação



Lei Orçamentária Anual prevê avanço de 8,6% na cota-parte do ICMS e de 24,2% no IPVA. **Página 10**

ESCOLA

Brasil adota Sistema Único para reestruturar o ensino

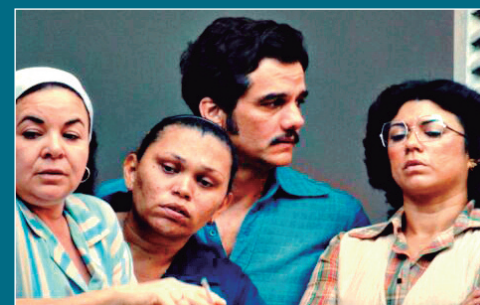


Secom/GO

SUS da Educação cria gestão cooperativa entre entes federativos e sucesso depende de superação de rivalidades políticas. **Página 11**

CINEMA

Agente Secreto no Cine Cultura



Divulgação

O longa com Wagner Moura no papel central está em cartaz na sala com ingressos a R\$ 20 (inteira) e R\$ 10 (meia). **Página 12**





EDITORIAL

Goiás, o Cerrado e a COP 30

Na COP30, que reúne em Belém (PA) líderes de dezenas de países para discutir o futuro do planeta, o Brasil mostra sua força regional. E Goiás, em especial, tem papel de destaque ao levar para o centro das discussões o bioma que sustenta a vida no país, o Cerrado. A presença ativa de pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG), de representantes da sociedade civil, do governo estadual e da Câmara de Goiânia simboliza o esforço para defender o berço das águas brasileiras, ainda tratado como coadjuvante nas agendas ambientais.

O Cerrado, responsável por 40% da água potável do país e por alimentar oito das doze principais bacias hidrográficas, é também o bioma mais ameaçado pelo desmatamento. A redução das vazões dos rios e a perda de cobertura nativa colocam em risco a segurança hídrica e alimentar do Brasil. É por isso que a atuação dos goianos na conferência ganha sentido estratégico: ela faz ecoar, em meio às grandes negociações globais, a urgência de proteger o coração hídrico da nação.

Na Zona Azul da COP30, a professora Luciana Dias, da UFG, representa o Brasil nas negociações oficiais, levando a pauta da inclusão e da justiça climática. Já o professor Manuel Ferreira, à frente do CEMPA-Cerrado, participa de painéis sobre inovação climática e conservação, mostrando que Goiás é também um laboratório de soluções sustentáveis. O Profor-EXT, coordenado pela professora GraciellaCorcioli, prova que é possível unir agroecologia, reforma agrária e enfrentamento à emergência climática, com resultados concretos em assentamentos e comunidades tradicionais.

A vereadora Kátia Maria, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Goiânia, reforça esse coro ao assinar a Carta Compromisso dos Parlamentares Subnacionais, que une representantes de todo o país por uma ação climática integrada e baseada na ciência. Goiás, portanto, não vai a Belém como espectador. Leva consigo a experiência de quem vive no bioma que abastece o Brasil e a convicção de que o Cerrado precisa, enfim, ocupar o lugar que lhe cabe: o centro das decisões sobre o futuro do planeta.

ARTIGO

A que mundo queremos pertencer?

Vivemos em um mundo com 8,2 bilhões de seres humanos. Mas, nos últimos anos, a sociedade construiu, paulatinamente, uma vida onde o dinheiro impera com uma força quase demolidora.

A ideia de "possuir" algo domina a mente de muitas pessoas a um nível tal que somente o que importa é ter dinheiro, deixando de lado o valor de atitudes e comportamentos. Sem uma educação em cidadania e valores humanos, a consciência da sociedade deixou de ser uma dimensão valiosa, e muitos agora consideram o dinheiro como a única solução.

Não é de se estranhar que cerca de 12% da população mundial sofra de transtornos mentais, como ansiedade e depressão. Embora muitos países tenham fortalecido suas políticas e progra-

mas de saúde mental, são necessários maiores investimentos e ações em escala global para ampliar os serviços de proteção das pessoas.

Os problemas de saúde mental representam a segunda maior causa de incapacidade a longo prazo, contribuindo para a perda de anos de vida saudável. Também elevam os custos de saúde para as pessoas afetadas e suas famílias, além de gerar perdas econômicas substanciais em escala global.

Essa triste realidade merece uma reflexão: será este o futuro que estamos a construir para a humanidade? Afinal, por que não temos soluções para um problema desta dimensão?

Será que é apenas a economia que é importante? Os seres humanos que se danem? Estamos a des-

truir a humanidade do mundo. Se somarmos ao número de pessoas com transtornos mentais, as pessoas que passam fome e as que passam por situações pouco dignas, percebemos que a Sociedade atual está doente.

Perante estas calamidades, às quais podemos somar a guerra, o autoritarismo, a escravidão, os crimes, as mentiras políticas e ausência generalizada de valores, verificamos que o ser humano não pode se orgulhar da vida que tem. Muito menos, pode ser feliz.

A sociedade não está preparada para uma mudança paradigmática, com maior dignidade às pessoas idosas; globalização do valor humano; aumento significativo dos níveis de educação; erradicação da fome no Mundo; térmi-

contro com o propósito. No Direito, encontrei um novo espaço para aplicar o que o vôlei me ensinou: resiliência, preparação e coragem para tomar decisões sob pressão.

Hoje, ao atuar na Defensoria Pública, vejo que o Direito, assim como o esporte, é um campo de inclusão. Ambos buscam corrigir desigualdades e promover dignidade. Quando defendo pessoas em situação de vulnerabilidade — muitas vezes migrantes ou indivíduos excluídos socialmente — reconheço no olhar delas a mesma esperança que vi em jovens atletas que buscavam no esporte uma chance de reescrever suas histórias.

Nas salas de aula, lecionando disciplinas como Direitos Humanos e Gestão Esportiva, percebo que o esporte oferece lições profundas sobre justiça e equidade. Ele ensina que regras não existem para limitar, mas para garantir a convivência e a competição justa. Assim também é o Direito: um campo que, quando praticado com ética e empatia, transforma realidades.

A experiência mostra que políticas públicas voltadas à transição de carreira de atletas são indispensáveis. Elas devem garantir apoio psicológico, qualificação e oportunidades para que o talento e a dis-

ciplina cultivados nos treinos sejam convertidos em novas conquistas. A trajetória esportiva não termina quando o atleta deixa a quadra — ela se transforma em base sólida para novos voos.

Hoje, ao olhar para trás, vejo que a essência do meu percurso está na coerência entre dois mundos. O esporte me ensinou a lutar com justiça; o Direito me permite transformar essa luta em serviço. Entre redes e leis, encontrei um mesmo ideal: o de promover dignidade, inclusão e oportunidades. Porque, no fim das contas, tanto no esporte quanto no Direito, o jogo só vale quando é justo.



Adriano Cristian Souza Carneiro é Defensor Público Federal, Professor de Direito e Gestão Esportiva. Formado em Direito, Educação Física e Mestrando em Direito, ex-atleta profissional de voleibol, técnico nível 3 de voleibol de quadra e praia.



Alfredo Sá Almeida é formado em Bioquímica e Biotecnologia, com especialização na indústria alimentar, e dedicou-se à carreira como pesquisador. Agora, como escritor, publicou livros como "Despertar para o futuro – a essência da mudança" e "A consciência da humanidade – a coerência do mundo?"



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e
textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO
em sintonia com você. Escreva para:
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto





Andreia Bahia
abahiagyn@gmail.com

**Tribuna
Política**

Rota 22

O senador Wilder de Moraes, presidente do PL goiano, em entrevista ao repórter Carlos Nascimento, da *Folha Z*, nesta semana, também confirmou sua pré-candidatura ao governo de Goiás, e que o partido terá candidato ao Senado. Ele anunciou a Rota 22, visitas que o partido fará aos 246 municípios goianos.

Ainda sobre o PL

O primeiro Encontro Nacional do PL Jovem, realizado em Goiânia, reuniu algumas lideranças do partido, presidente nacional do PL Jovem, deputado estadual Carmelo Neto (PL-CE), os vereadores Zoe Martinez (SP), Fernando Holiday (SP), Bella Carmelo (Fortaleza), Eduarda Campopiano (Praia Grande-SP) e a vice-presidente nacional Julia de Castro, e o influenciador Marco Antônio, conhecido como Superman de Minas Gerais.

Nem Lula nem Caiado

Em nota pública postada no X, Gilberto Kassab, presidente nacional do PSD, afirmou que o partido já tem candidato para presidente em 2026, e não é Lula nem Ronaldo Caiado. "O PSD continua tendo o mesmo cenário para as eleições presidenciais do ano que vem.

O Partido trabalha com três alternativas: governador Tarcísio, governador Ratinho e governador Eduardo Leite."

Sem entender

Inclusive, os três governadores presidenciais estão na lista de convidados da CPI do Crime Organizado, além de Cláudio Castro (PL-RJ). O relator da comissão, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), explicou que a seleção de governadores obedeceu a critérios como maiores índices de homicídios e criminalidades e aqueles com baixo índice de violência. Goiás ficou de fora.

Goiás leva projeto com IA para governo Lula

Servidores da Secretaria da Economia de Goiás apresentaram à Secretaria de Orçamento Federal um projeto inovador que utiliza inteligência artificial para aprimorar a alocação orçamentária e a análise de créditos adicionais. A proposta também contou com a participação de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O modelo desenvolvido busca aumentar a precisão e a qualidade na avaliação dos créditos e na execução do orçamento público. A Secretaria de Orçamento Federal acompanhará o projeto, com o objetivo de estudar a aplicação da tecnologia em nível nacional.

Tudo como dantes no quartel de Abrantes

Divulgação



A briga envolvendo o deputado federal Gustavo Gayer (PL) e o senador Vanderlan Cardoso (PSD) não acabou com a suspensão da ação penal movida pelo senador contra Gustavo Gayer. Vanderlan entrou com recurso no STF, pedindo a revisão da decisão da Câmara dos Deputados.

Gayer usou as redes sociais para afirmar que Vanderlan estaria "usando todo seu poder de articulação e todo seu mandato para conseguir fazer com que Alexandre de Moraes me coloque preso, porque essa pessoa sabe que se eu continuar como candidato, continuar falando, ele vai perder o mandato de senador".

Vanderlan também usou as redes sociais para rebater Gayer e recuperou informações do aciden-

te em que Gustavo Gayer se envolveu. "O senhor lembra do acidente que o senhor provocou? Não sou eu que estou falando, foi o Ministério Público", lembrando que três jovens de 19 e 17 anos morreram e uma de 17 anos ficou paraplégica. Citou os nomes na postagem.

Vanderlan rebate a afirmação de Gayer sobre sua aproximação com as igrejas evangélicas por interesse eleitoral. "Eu tenho, só de Assembleia de Deus, quase 30 anos. Agora procura o seu histórico, a sua capivara, a sua ficha corrida, porque o senhor está enganando esses membros das igrejas, está enganando os cristãos, o senhor engana o evangélico, engana o católico, engana o espírita, porque acho que quase ninguém sabe disso."



Divulgação

Em seu vídeo, Gustavo Gayer confirma sua candidatura ao Senado: "se eu continuar como candidato, continuar falando, ele vai perder o mandato de senador".

1 Ronaldo Caiado

solicitou audiência com o presidente da Câmara, Hugo Motta, para quarta-feira (12) para tratar da votação do projeto que equipara as facções criminosas a grupos terroristas.

2 Cláudio Castro (RJ)

Romeu Zema (MG) e Jorginho Mello (SC) também solicitaram audiência para pressionar Motta a votar o projeto.

3 O secretário

nacional de Segurança Pública, Mário Sarrubbo, afirma que as facções não podem ser comparadas a grupos terroristas por não terem viés político, religioso, de etnia.

Errar é cristão

A Bancada Cristã, que contou com o voto de 16 dos 17 deputados goianos para que o projeto de criação tramitasse em regime de urgência, tem urgência também para se instalar na Câmara Federal. Antes mesmo de o projeto ser aprovado, já havia sido reservada uma sala para a bancada. Ao final, a reserva da sala, que já tinha até placa, foi considerada um "erro", e a placa retirada.

PDL da pedofilia

Dos deputados federais goianos que votaram no PDL (projeto de decreto legislativo) que revoga a resolução do Conanda (Conselho Nacional da Criança e do Adolescente) e estabelece diretrizes para o aborto legal de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, apenas os petistas Adriana Accorsi e Rubens Otoni foram contra. Depois que o projeto ganhou a alcunha de PDL da pedofilia e movimentou a sociedade, tem parlamentar que se irritou por ver seu nome na chamada bancada da pedofilia.

Retrocesso

O projeto restringe o direito de informação às vítimas de estupro e dificulta o acesso ao aborto legal, direito assegurado no Código Penal desde 1940, que dispensa a exigência de boletim de ocorrência e decisão judicial para o atendimento, priorizando a proteção da vítima e o acolhimento humanizado. Essa diretriz está ameaçada. A proposta representa um retrocesso, segundo especialistas em violência contra as crianças e adolescentes.

React

O vereador Dominginhos do Cedro (PDT), de Anápolis, usou o microfone da tribuna da Câmara, na sessão da última quarta-feira (5), para repreender o prefeito Márcio Corrêa (PL) por um vídeo publicado no Instagram em que o chefe do Executivo endossa o desabafo de uma consumidora contra a Equatorial, concessionária de energia que também atua em Goiás. A gravação original, feita em Teresina (PI), mostra uma cozinheira revoltada após 15 dias sem luz em casa, que acaba quebrando 11 equipamentos da empresa. Dominginhos argumentou que o prefeito estaria "excitando"(sic) comportamento violento ao demonstrar concordância com a reação da mulher.

Engajamento

Na semana anterior, o vereador já havia reproduzido nas redes um trecho do vídeo de Márcio ironizando a postura do prefeito. A publicação original, no perfil de Márcio, alcançou 437 mil visualizações, 14,5 mil curtidas, 1,5 mil comentários e mais de 2 mil compartilhamentos.

ZACHARIAS CALIL

“Já desapeguei do grupo de Caiado”

Andréia Bahia

TRIBUNA DO PLANALTO

Por que para o senhor só o Senado interessa na próxima eleição?

ZACHARIAS CALIL

Tudo na vida nós temos que programar, sempre pensando mais na frente. Pelo menos eu tenho esse conceito comigo, que a gente trabalha sempre evoluindo, sempre pensando naquilo que poderia fazer de melhor. E acho que, como deputado, eu já dei a minha contribuição e esse é o momento de crescer. Igual, por exemplo, quem sai candidato a vereador, deputado estadual, federal, senador, governador; todos na política fazem esses upgrades. Eu acho também que, como senador, posso contribuir muito mais, porque senador tem mais penetração em todos os setores. Eu acompanho alguns senadores e vejo que a diferença é muito grande. Acho que é o momento de tentar ir para o Senado e, se der certo, bem; se não der, amém. Já estou numa idade em que essa eleição talvez seja a última com duas vagas que eu possa disputar. Pela minha idade, se eu passar para uma outra opção, daqui a quatro anos complica mais ainda. Acho que esse é o momento, porque tem duas vagas, o que melhora um pouco as performances para que a gente possa disputar uma eleição.

Em 2022, o senhor havia anunciado que deixaria a política caso não disputasse a eleição para o Senado. A situação hoje é a mesma?

Eu não pensei nessa possibilidade, porque estou tendo muitos convites, bem diferente daquela época, e eu já consolidei a minha pré-campanha, estou bem consolidado, já estou trabalhando. Porque naquela época, foi decidido em um mês; fizeram umas pesquisas que mostravam que eu estava numa posição tranquila. Eu não era nem candidato, comecei com 4% e fui crescendo ao longo de 15 dias. Cheguei a 15% na pesquisa, e só tinha uma vaga. Foi quando houve aquela disputa entre eu e o delegado Waldir e ele estava na frente, naquele momento na pesquisa, acho que ele tinha 17%. E eu disse ao governador: ele tem essa performance, mas eu sou o candidato que tem o menor índice de rejeição, praticamente zero - as pesquisas mostravam isso - tenho muito mais chance de crescer do que ele. Ele disse que não era assim e acabou me convencendo a retirar minha candidatura para apoiar o delegado Waldir. Eu falei que não era justo e ele disse que precisava de um candidato só, que a chance é



O deputado federal Zacharias Calil (União Brasil), reconhecido nacionalmente por sua trajetória na medicina e pela atuação na área da saúde, confirma que não abre mão do projeto de disputar o Senado em 2026. Em entrevista, o parlamentar afirma que já iniciou a pré-campanha, avalia as opções partidárias — com conversas avançadas com o PL e o Partido Novo — e garante que não será convencido a desistir, mesmo diante das movimentações políticas do governador Ronaldo Caiado e da primeira-dama Gracinha Caiado, tida como nome certo para uma das vagas. Calil diz que sua candidatura é um

maior. Houve essa situação. Ele falou que ia me apoiar para deputado federal para mais um mandato, e eu fui.

Essa situação não pode acontecer de novo? Ronaldo Caiado não teria essa possibilidade de convencê-lo agora a abrir mão do seu projeto?

Não abro. Nesse momento, na minha opinião, o ideal era eu ficar no União Brasil, mas eu não vejo essa possibilidade mais, é totalmente fora do contexto do grupo do União Brasil em Goiás. Eu já me convenci disso, já desapeguei. É o

momento de procurar um outro partido que me dê sustentabilidade para que eu possa lançar a minha candidatura.

O senhor falou que não há possibilidade de permanecer no União Brasil. Isso porque uma vaga do União Brasil é da Gracinha Caiado, e a segunda vaga provavelmente não seja do União Brasil, ou há algum outro componente que impede o senhor de ficar no União Brasil?

O meu projeto é o Senado. No União Brasil, uma vaga do Senado já é da D.Gracinha e a outra deve

“projeto de vida”, admite ter cometido erros em votações polêmicas, como a PEC da Blindagem, mas reafirma a postura independente e de direita no Congresso. Ele também fala sobre os bastidores de 2022, quando retirou sua candidatura ao Senado a pedido de Caiado, e garante que, desta vez, não haverá recuo. O deputado ainda comenta a polarização política, a atuação do governo Lula, o PL Antifacção, e reforça seu compromisso com a inovação, a saúde e o fortalecimento da Primeira Infância. “Não vou desistir. Já estou no jogo e quero disputar o Senado com o mesmo empenho com que fiz minha carreira na medicina”, resume Calil.

ser de um partido que interesse ao projeto político deles e do MDB. Eu não tenho estímulo nenhum para ficar nesse partido. Eu já venho conversando com outros partidos e a receptividade está sendo muito boa. Eu vi uma pesquisa essa semana que eu estou com 12%, e precisa ver o índice de rejeição. Eu não estou preocupado em ser o primeiro voto, de jeito nenhum, estou trabalhando para ser o segundo voto. O primeiro todo mundo já sabe. O segundo voto não é um voto político; é um voto de confiança, é um voto em quem tem trabalho prestado, um voto de cultura. O eleitor

realmente olha quem é a pessoa. Eu acho que eu tenho chance.

O PL seria uma alternativa para disputar o Senado e há condições para que o senhor vá para o PL?

Sim, inclusive, eu tenho conversado com o senador Wilder Moraes, tenho conversado em Brasília e eles me pediram para esperar. O Wilder foi muito honesto comigo, ele falou “todo mundo quer você, eu quero também, porque você é um bom nome, um nome muito leve, mas eu só vou te chamar para entrar no PL a partir do momento em que eu garantir a vaga do Senado para você. Se eu não te garantir a vaga, não tem razão de você ir para lá.”

“O senador Wilder Moraes me pediu para esperar. Ele disse que meu nome é leve, mas só vai me chamar para o PL quando puder me garantir a vaga do Senado.”

Eu falo em condição porque o PL tem a possibilidade de lançar a candidatura ao Senado de Gustavo Gayer. O senhor seria candidato pelo PL se o Gayer também sair candidato ao Senado, considerando que ele está muito bem posicionado nas pesquisas?

Exatamente. Mas tem duas vagas.

As pesquisas apontam que Gracinha Caiado provavelmente será eleita. Sobraria só uma cadeira no Senado.

É, pode ser, mas a eleição a gente só ganha no dia.

O senhor não impôs condições para se filiar ao PL?

Não, mas eu só vou se for candidato ao Senado. Tem outra opção, a do Partido Novo. Eles me convidaram para filiar no partido para fazer uma coligação com o PL. Ai muda todo o jogo. Em Brasília, eles têm conversado muito comigo, principalmente o Marcel van Hattem. Ele deu uma entrevista para um veículo de grande circulação e falou que o sonho do Partido

PODER

Novo é ter um candidato a senador em cada estado, e citou meu nome em Goiás. Achei muito bom ser lembrado, ainda mais porque ele é uma liderança dentro do Partido Novo. É importante estar no jogo. Eu encontrei o (prefeito) Sandro Mabel em um restaurante a quilo no Alpha Park e quando estava para sair, ele me chamou e disse: "eu tenho uma pesquisa aqui em Goiânia de 2.765 pesquisados e eu fiquei impressionado com a sua performance. Você é o primeiro e o segundo voto. Está todo mundo embolado lá na frente. Você está na disputa." Eu não vou desistir, não vou mesmo, não vou, não vou. O Podemos também conversou comigo, a Renata Abreu. A gente vai levando. As pessoas têm que entender que meu nome é um nome muito leve, pelo menos é o que eu escuto, e eu estou trabalhando para isso. Eu tenho um escritório político aqui, estou recebendo prefeitos e vereadores do estado inteiro. Ontem mesmo atendi sete vereadores de Anicuns, presidente da Câmara, e assim, estou tendo uma visão geral do estado.

O senhor foi procurado por Marconi Perillo para discutir a eleição de 2026?

Sim, já fui procurado. Ele não, mas emissários que chegam para mim e tal. Ele nunca conversou comigo a esse respeito, mas os emissários falam sobre a gente conversar e acertar a situação. Eu estou aberto a todo mundo, não tenho esse negócio mais. Você tem que estar aberto, não pode fechar para todo mundo, porque não se sabe o dia de amanhã. Tem que conversar. O Caiado não está conversando?

O senhor já se sentiu traído pelo Caiado nessas questões eleitorais?

Não, em nenhum momento. Eu sou muito independente, nunca fiquei nesse negócio de depender disso, daquilo, de governador. O Caiado é uma pessoa muito séria, honesta. Eu o conheço desde quando eu era estudante, e ele é muito ocupado, a gente mal conversa. Devo muito a ele, o Estado deve muito a ele em relação principalmente ao Hospital da Criança e do Adolescente (Hecad). E transformou Goiás no maior polo pediátrico do Brasil. Temos que reconhecer esse trabalho e sou muito grato a ele por trabalhar em uma unidade como aquela, porque se não fosse ele o Hecad não existia não.

Como é a relação do senhor com a candidatura do Daniel Vilela? O senhor tem compromisso com a candidatura do Daniel?

Eu não tenho. Eu encontro raramente com o Daniel, ele está aqui e eu em Brasília, mas nosso

tratamento é muito cordial, tranquilo; mas nós nunca falamos de política, não. No momento estou na base aliada junto com o Daniel. O foco é trabalhar na base. Agora, a partir do momento em que ele apoiar outro candidato ao Senado, eu também procuro meu rumo.

O senhor disse que é um político independente e as suas votações no Congresso apontam isso. Ano passado, em 51,47% das votações o senhor votou de acordo com as orientações do partido nas votações. Em quase metade das votações o senhor votou de forma contrária. Como é ser um deputado independente?

O meu partido nunca me cobrou isso, nem de mim nem dos outros também. Veja o Kim Kataguirí, ele também tem sua posição, o Alfredo Gaspar a mesma coisa. A gente vota de acordo com a consciência ou não vota com o governo.

O senhor se considera um deputado de oposição ao governo Lula?

Exatamente. Eu não sou 100% como eles não.

Ainda mais agora que a União Brasil deixou a base, fica mais fácil fazer essa oposição.

Isso que eu sempre defendi. O que é União Brasil? É governo ou não? O que estamos fazendo ali? Se o UB rompeu, anunciou várias vezes esse rompimento, ou sai do governo ou fica. Agora ficou fácil votar da maneira que achar melhor. Mas assim, as votações dependem muito do Colégio de Líderes. Eles se reúnem toda semana e definem a pauta da semana. Mas tem muita coisa que eu não concordo e eu voto muito com o PL e o Partido Novo.

O senhor votou a favor da derrubada da Medida Provisória (MP) que aumentava os impostos dos bancos, empresas de apostas, chamadas bets e justificou que o povo estava cansado de pagar impostos. Essa votação foi contaminada pela eleição de 2026?

Pode ter sido, porque é uma situação em que a gente tem que ver o outro lado. Eles incluem os chamados jabutis e como é que a gente fica? É contra o imposto, mas está aumentando o lucro dos outros. É uma situação que às vezes deixa a gente numa situação muito delicada em relação ao eleitorado.

Outra questão controversa em relação ao eleitorado foi a aprovação da PEC da Blindagem pela Câmara, que foi muito criticada, e o senhor votou favorável. Por que foi favorável a aumentar as possibilidades de impunidade para



Votei sim (na PEC da Blindagem) e realmente houve um erro. Isso é importante dizer: a Câmara cometeu um erro muito forte naquele momento, com essa proposta.

políticos?

Houve um erro muito grande ali. Houve erro mesmo, todo mundo reconhece. Na realidade eu tinha votado contra. Aí fizeram uma emenda aglutinativa na quinta-feira e puseram para votar. A gente tinha conhecimento de que havia um acordo com o Senado. O erro maior, eu mesmo critiquei muito lá, foi blindar voto secreto e presidente de partidos. Esse foi o maior erro que já se cometeu, e foi ampla maioria. É claro que a imprensa foi contra a população toda. Eu me arrependo do voto? Arrependo é difícil; chegar ali, votar e depois encarar - igual outros colegas fizeram. É, você assume o erro, pronto e vê o que vai acontecer lá na frente. Votei sim e realmente houve o erro. Isso é importante dizer: a Câmara cometeu um erro muito forte naquele momento, com essa emenda aglutinativa.

O senhor disse recentemente que o povo está cansado da polarização. Os deputados também não definem seus votos pela polarização, deixando em segundo plano o teor do projeto?

No dia a dia, quem é da oposição também vota com o governo. O próprio PL tem uma série de situações em que a gente se pergunta como é que pode isso. Esquerda, direita e centro é uma coisa que às vezes não é exata, e não tem como ser exato na políti-

ca. Alterna muito, e você passa a não confiar muito nas pessoas.

Como pretende votar no PL Antifacção (PL 1.088/2025), que aumenta a pena para pessoas envolvidas em organizações criminosas? O Executivo enviou, mas trata-se de uma pauta da direita?

Eu trabalho com a pauta da direita - a gente tem muito desgaste com isso também - mas eles acabam alterando muito o texto. Você acha que está de um jeito e, de repente, está sendo mudado. Eu tentei analisar e ainda não consegui. Temos que ver como vai ser essa pauta, de que maneira vai ser discutida. Na PEC da Segurança, precisamos proteger o próprio estado. O Caiado está trabalhando muito nisso porque não se pode passar todo o controle da segurança para o governo federal. Isso tem que ser bem discutido e vamos de que maneira vou atuar.

O senhor acredita que em razão da operação no Rio Janeiro, essas discussões sobre segurança vão mesmo ter prioridade no Congresso?

Ah, sim! Acho que isso tem que ser o mais urgente possível. O próprio Hugo Motta (presidente da Câmara dos Deputados) quer pautas positivas para resgatar toda aquela situação da PEC da blindagem. Isso é um fator positivo.

Quando eleito em 2018, seu grande projeto era a construção do hospital da criança e do adolescente, que funciona desde 2021. Qual seu grande projeto agora e para o próximo mandato?

Eu tenho o projeto de manter esse hospital em pleno funcionamento e trabalhar nos municípios. Nós vemos as dificuldades que esses municípios têm, principalmente em relação à regulação, às ambulâncias - tenho recebido muitas demandas, porque os municípios são pequenos, não têm hospital, e as ambulâncias que eles têm para fazer o transporte - é desumano. Às vezes quebra na estrada, não tem pneu, não tem manutenção, tudo isso é importante. Eu tenho distribuído

muito maquinário e vi a importância que isso tem para os municípios, principalmente as patrulas, as retroescavadeiras e os caminhões de lixo - cuidar do lixo é saúde e temos que trabalhar para eliminar esse problema que existe em todos os municípios - caminhão compactador, caminhão pipa, principalmente na seca. Tem muita demanda por mataburros, o pessoal de Anicuns me pediu R\$ 500 mil para reformar a escola de enfermagem da cidade, que tem 675 alunos e funciona numa situação precária. Como é que a gente que é da saúde vai deixar uma escola acabar?. Temos que ajudar com emendas parlamentares. Quero fortalecer a Primeira Infância, eu sou presidente da Frente Parlamentar; fortalecer a Saúde, que eu também sou presidente da Frente Mista da Saúde do Congresso Nacional. E um detalhe que me chama muita atenção, que vi muito fora do país, é a inovação e a tecnologia. Um país que não tem inovação não vai a lugar nenhum. O INPI no Brasil é uma vergonha. São dez anos para liberar uma patente aqui. Nos Estados Unidos, libera-se uma patente em um ano, um ano e meio, dois anos, no máximo. A tecnologia vai avançando e uma coisa que você descobre instantaneamente já está na internet. Ter biotecnologia igual eu conheci agora em São Francisco, com os laboratórios de inovação, as chamadas incubadoras, onde o pessoal faz projetos e começa a trabalhar nas startups. Os jovens estão ganhando espaço na inovação, é disso que o Brasil precisa. Não é esse marasmo que o país está em termos de inovação. Chego na Austrália, no Congresso Internacional Espacial, e o Brasil só tem um satélite rodando, enquanto os outros países estão todos movimentando. Os brasileiros estão indo para a Índia para fazer lançamento de satélite usando a plataforma deles. E nós temos Alcântara aqui. Tudo isso é inovação, eu fico entusiasmado com o que vejo lá fora. Quando eu comecei a fazer cirurgia de gêmeos siameses, eu já pensava que a gente precisava parar de copiar e desenvolver técnicas. Por que eu vou transferir paciente para determinado local? Vamos fazer aqui. Tem o apoio do governo? Tem, então vamos fazer. Aí você cresce. Inovação é tudo isso. Esse é o projeto, trabalhar nesse sentido. Quando eu vou para o exterior e falo que eu tenho patente, eles ficam maravilhados de eu ter uma patente que levou 15 anos para sair. Eu fui indicado para o Prêmio Nobel de Medicina pelo Congresso e tudo isso melhora bastante o respeito. E eu tenho qualidade para ser, sim, candidato ao Senado.

Leia mais no site
www.tribunadoplanalto.com.br

SEGURANÇA

Gravar preso com advogado é **inconstitucional, diz OAB**

Proposta foi apresentada pelo governador Ronaldo Caiado para o PL Antifacção

Carla Borges

A proposta de emenda ao Projeto de Lei (PL) Antifacção de gravação obrigatória das audiências entre presos e advogados é inconstitucional e ilegal. É o que aponta o presidente da Comissão de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia da OAB nacional, Pedro Paulo de Medeiros à Tribuna do Planalto. A medida foi proposta pelo governador goiano na terça-feira (4), depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviar ao Congresso Nacional do PL Antifacção. As alterações ao projeto podem ser feitas por meio de emendas parlamentares, no caso, por deputados e senadores de Goiás.

Pedro Paulo esclarece que a ideia de gravar de forma obrigatória as conversas entre presos e os seus advogados ou advogadas viola pelo menos três normas constitucionais: o sigilo das comunicações, a ampla defesa e a inviolabilidade da advocacia, profissão citada no artigo 133 da Constituição Federal, uma das integrantes das funções essenciais à Justiça. "Isso quebra o pilar da justiça. Sem advocacia não tem como haver justiça", defende o conselheiro federal.

Ele acrescenta que a sugestão de Caiado fere também a Lei de Execução Penal, que garante a entrevista pessoal e reservada com o advogado e a advogada. Contrária, ainda, o Estatuto da Advocacia, que é uma lei federal. "Se essa comunicação for violada, a prova obtida por meio dela é ilícita e não pode ser utilizada para qualquer fim. E quem diz isso é a Constituição Federal", resume, acrescentando que o resultado de uma gravação nesses termos não pode ser utilizado como prova.

Para Pedro Paulo, a ideia de gravação obrigatória generaliza suspeitas, que recairiam sobre toda a defesa. "É por isso que nós somos contra, porque



Pedro Paulo de Medeiros: "É um absurdo que viola a Constituição"

quando se torna obrigatória toda e qualquer gravação, generaliza a atuação das defesas, quebra a confiança que deve haver no atendimento jurídico", enumera, citando, além dos dispositivos legais e constitucionais, entendimentos jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que já mandou excluir de processos gravações fortuitas entre clientes e advogados.

AVANÇO

O presidente da comissão adianta que, se essa proposta avançar no Congresso Nacional, não há dúvida de que a OAB adotará providências para que se respeite a Constituição. "É uma função do OAB pedir respeito à Constituição e respeito às prerrogativas da advocacia", justifica.

"Se uma emenda dessa com a gravação obrigatória prosperar, o caminho natural é a propositura de uma ação direta de inconstitucionalidade com pedido de medida cautelar, além de provocar o CNJ e atuar no próprio Congresso Nacional, seja agora para que não seja aprovado, e se for aprovado atuar posteriormente para que se revogue isso porque é um absurdo e viola a Constituição", conclui.

Pedro Paulo observa que a gravação, "medida excepcionalíssima", tem que acontecer com ordem judicial e fundamentação rigorosa, quando houver indícios específicos de crime envolvendo o próprio advogado ou a advogada.

Divulgação

J Tribuna Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com



▶ Homem vira réu por denúncia caluniosa contra advogada da ex

O Juízo da 2ª Vara Criminal de Valparaíso de Goiás recebeu a denúncia apresentada pelo Ministério Público contra um homem acusado do crime de denúncia caluniosa contra uma advogada que representa sua ex-companheira em processos de divórcio e de violência doméstica. A medida se deu a partir da atuação da OAB-GO, ainda na fase inquisitorial. A advogada procurou a seccional no primeiro semestre, quando as calúnias tiveram início.

▶ Foi até à OAB

Com a decisão proferida na segunda-feira (3) pelo magistrado Gustavo Costa Borges, o homem passa à condição de réu, acusado de ter formulado representações reiteradas, infundadas e falsas contra a advogada de sua ex-companheira em diversos órgãos, como o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Polícia Civil e até mesmo a própria OAB. Na denúncia, o Ministério Público afirmou que o réu se valeu indevidamente do direito de petição e de acesso à Justiça para intimidar e constranger seus desafetos.

▶ Sem intimidação

O presidente da OAB-GO, Rafael Lara Martins, avaliou como exemplar a atuação institucional da Seccional na defesa das prerrogativas da advocacia. "A OAB-GO atuou firmemente na defesa da advogada, garantindo que o inquirido fosse devidamente instruído e que a responsabilização do agressor avançasse no sistema de Justiça. A entidade reafirma que não tolerará qualquer tentativa de intimidação, perseguição ou criminalização da atuação advocatícia", destacou.

Irregularidades na Seção de Balística

O juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiânia concedeu liminar em ação proposta pelo MP-GO para obrigar o Estado de Goiás a adotar medidas emergenciais para corrigir irregularidades na Seção de Balística Forense do Instituto de Criminalística Leonardo Rodrigues. O Estado tem prazo de 30 dias para implementar as determinações judiciais.

Segurança armada

A liminar estabeleceu duas providências imediatas: implementação de segurança ostensiva e armada ininterrupta no perímetro e nas imediações da seção de balística, com apoio da Polícia Militar se necessário; e criação de fluxo imediato para redução da quantidade de materiais armazenados, visando diminuir o acervo no local.

Risco para servidores

O MPGO sustenta na ação que auditoria realizada pela Superintendência Regional do Trabalho em Goiás identificou risco à integridade física das servidoras e dos servidores, além de deficiências estruturais comprometedoras da cadeia de custódia de vestígios.



Eleitoral

O procurador da República Éverton Pereira Aguiar Araújo (foto) assumiu, no início do mês, a função de procurador regional eleitoral em Goiás pelos próximos dois anos. O mandato compreende o período de 1º de novembro de 2025 a 31 de outubro de 2027. Na última terça-feira (4), o novo PRE participou de sua primeira Sessão Plenária perante o TRE-GO. Éverton Pereira Aguiar Araújo sucedeu a Marcello Santiago Wolff, que exerceu a função de procurador regional eleitoral de 2023 a 2025 e também de 2013 a 2015.

“A despeito da controvérsia filosófica e dos esforços historicamente direcionados em torno da temática, não houve até o momento evidência científica sólida e confiável de comprovação da vida pós-morte e da comunicação com pessoas já falecidas”

Rogério Schiatti Cruz, ministro do STJ, em julgamento que rejeitou o uso de carta psicografada como prova

PODER

EXPOSIÇÃO

Deputado do Chapéu critica exposição sobre religiões de matriz africana na Assembleia

Amauri Ribeiro (União Brasil) subiu à tribuna para afirmar que as obras eram 'adoração ao demônio'

Arthur Oliveira*

A exposição "O olho de vidro sobre o sagrado vivo", em cartaz no hall de entrada do Palácio Maguito Vilela, sede da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), gerou polêmica após declarações do deputado Amauri Ribeiro (União Brasil), conhecido como Deputado do Chapéu. Durante sessão ordinária e também em publicações nas redes sociais, o parlamentar criticou a mostra que reúne obras inspiradas nas religiões de matriz africana, associando os elementos expostos à "adoração ao demônio".

A exposição, aberta na quarta-feira (5), conta com curadoria de Laís Rocha e apresenta trabalhos de dez artistas do Coletivo Onã, grupo formado por jovens do Terreiro Morada do Cruzeiro. A mostra exibe utensílios religiosos, vestimentas, fotografias, telas e esculturas que retratam símbolos e entidades das tradições afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda.

Em discurso na tribuna, Amauri Ribeiro relatou seu desconforto ao visitar o espaço. "Eu me deparei no saguão da Assembleia com a exposição de tranca rua, com pomba gira, com exu, com cabeça de vaca, com vela, com oferenda. Me desculpe, eu respeito todas as religiões, mas religião, para mim, é aquela que tem ligação com o único Deus", declarou o parlamentar, reforçando sua visão sobre o tema.

No mesmo dia, Amauri postou em suas redes sociais se defendendo que a fala não tem nada haver com intolerância religiosa, e sim, com o local e tipo de objetos expostos.

Já na quinta-feira (06/11), durante a apreciação da Ordem do Dia, Amauri voltou a se pronunciar, dizendo compreender a importância da liberdade religiosa e da pluralidade cultural, mas sustentando que algumas imagens expostas "poderiam ser interpretadas como desrespeitosas" por parte da população cristã. O deputado afirmou não ter a intenção de ofender outras crenças, mas destacou seu direito à opinião.

"Eu não ofendi nenhuma religião, não pratiquei nenhum desrespeito. Mas tenho o direito de dar a minha opinião", disse. Ele acrescentou que algumas representações destoavam dos valores aprendidos em sua formação religiosa: "Cresci aprendendo que determinadas figuras simbolizam o mal, e essa é a minha compreensão pessoal."

Amauri também afirmou que havia um acordo prévio para reorganizar ou retirar parte das peças da exposição após conversa com a Presidência da Casa, o que, segundo ele, "não teria sido cumprido integralmente". O par-



Sérgio Rocha

Deputado Amauri Ribeiro durante pronunciamento sobre religiões de matriz africana instalada no hall da Casa

lamentar defendeu que manifestações culturais devem respeitar igualmente todos os segmentos religiosos. "Houve um compromisso de que algumas imagens seriam retiradas, e isso não ocorreu até o momento", pontuou.

A exposição tem o apoio do presidente da Comissão de Cultura, Esporte e Lazer da Alego, deputado Mauro Rubem (PT), que reagiu às falas de Amauri Ribeiro durante a mesma sessão. Em defesa da mostra, Rubem destacou que o Estado é laico e que a

intolerância religiosa é crime, conforme a Lei nº 7.716/1989, que prevê punição para discriminação por motivos religiosos.

"A Constituição é muito clara: o Brasil é um Estado laico. É garantido o direito de todas as formas religiosas. Intolerância religiosa é crime tipificado claramente nas regras que o país já tem", afirmou Rubem,

EXPOSIÇÃO

Aberta ao público até o dia 18 de novembro, a mostra segue com entrada gratuita no hall da Alego. O evento integra uma série de atividades culturais que buscam promover o reconhecimento das expressões religiosas de matriz africana e o combate ao preconceito.

A polêmica, no entanto, expõe mais uma vez o choque entre fé e política dentro da Assembleia Legislativa, levantando discussões sobre os limites da liberdade de expressão dentro da casa de leis.

*Arthur Oliveira é estagiário sob supervisão de Andréia Bahia

REDE NASCER EM GOIÁS

A VIDA MERECE ESSE CUIDADO

LIGUE 155 | Telefone Call Center Rede Nascem em Goiás
Atendimento 24 horas

SAIBA MAIS EM
GOIAS.GOVBR/SAUDE/REDE-NASCER

Redes sociais

Goiás Lança a REDE NASCER!

Um novo cuidado para você e seu bebê.

Rede Nascem: A vida merece esse cuidado.

Seu acompanhamento completo da gestação aos dois anos de vida, agora disponível.

Dúvidas? Quer saber mais sobre os benefícios?

Ligue agora: **155**

Fale com uma Madrinha da Rede Nascem. Atendimento 24h! O cuidado já começou.

SEGURANÇA

Goiás tem 86% dos municípios sem homicídios em outubro

Dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP) indicam que, do total de 246 municípios goianos, 211 não tiveram registro de assassinatos no período



Fotos: Secom

Novos investimentos e integração entre as forças policiais resultam em queda no número de homicídios em Goiás

Da Redação

Goiás registrou, em outubro de 2025, o menor número de homicídios de toda a série histórica, iniciada em 2016. Conforme dados do Observatório da Secretaria de Segurança Pública (SSP), foram contabilizados 57 casos em 35 municípios. Isso significa que, do total de 246 cidades goianas, 86% não tiveram nenhuma ocorrência de assassinato no período.

O número também representa uma redução de 77,7% em relação a outubro de 2016, quando houve 256 homicídios. “A segurança é hoje a principal preocupação do brasileiro e, desde 2019, Goiás passou por uma transformação completa, que permitiu a redução da crimina-

lidade a números nunca antes vistos”, disse o governador Ronaldo Caiado.

Os indicadores oficiais mostram que, antes de 2019, Goiás registrava sucessivos recordes no número de mortes violentas. Em 2016, o estado teve ainda 246 homicídios apenas no mês de abril e 235

no mês de dezembro, fechando o ano com 2.019 mortes. No ano seguinte, em 2017, atingiu o maior total anual da série histórica, com 2.272 homicídios.

A trajetória mudou a partir da reformulação da política de segurança pública, que incluiu aumento de

investimentos, reestruturação do sistema prisional, ampliação do efetivo e valorização das carreiras. Desde então, os números passaram a cair de forma contínua, chegando em 2024 ao menor registro anual já contabilizado: 960 homicídios.

Para o secretário da Segurança Pública, Renato Brum dos Santos, os resultados são atribuídos à atuação integrada das forças. “Esses resultados são fruto do esforço conjunto entre as forças de segurança e dos investimentos do Governo de Goiás. A integração das operações tem sido determinante no enfrentamento ao crime”, afirmou.

Os dados são do sistema Qlik Sense (RAI), atualizados em 3 de novembro, e incluem os casos de feminicídio na soma total de homicídios. Renato Brum destacou que as ações de policiamento e repressão continuarão. “Chegamos a números que mostram a redução dos índices de violência, mas o trabalho seguirá intensificado”, concluiu.

Menor número de homicídios em um mês

Goiás registrou, em outubro de 2025, o menor número de homicídios de toda a série histórica, iniciada em 2016. Foram contabilizados 57 casos no mês, segundo dados do Observatório da Secretaria de Estado da Segurança Pública. O número representa redução de 77,7% em relação a outubro de 2016, quando houve 256 homicídios, até hoje o maior registro mensal no estado.

Os indicadores mostram que, antes de 2019, Goiás registrava sucessivos recordes no número de mortes violentas. Em 2016, o estado teve ainda 246 homicídios apenas no mês de abril e 235 no mês de dezembro, fechando o ano com 2.019 mortes. No ano seguinte, em 2017, atingiu o maior total anual da série histórica, com 2.272 homicídios.

A trajetória mudou a partir de 2019, com a reformulação da política de segurança pública, que incluiu aumento de investimentos estaduais, reestruturação do sistema prisional, realização de con-



Fotos: Secom

Investimento, valorização das polícias e trabalho integrado: Goiás alcança o menor número de homicídios da série histórica

ursos públicos para todas as forças policiais, ampliação do efetivo e valorização das carreiras. Desde então, os números passaram a cair de forma contínua, chegando em 2024 ao menor registro anual já

contabilizado: 960 homicídios.

O governador Ronaldo Caiado afirma que a queda está ligada às ações de segurança implantadas no estado. “A segurança é hoje a princi-

pal preocupação do brasileiro e, desde 2019 Goiás passou por uma transformação completa, que permitiu a redução da criminalidade a números nunca antes vistos. Segurança pública é governa-

bilidade. Ela irradia em todas as outras áreas”, disse.

Para o secretário da Segurança Pública, Renato Brum dos Santos, os resultados são atribuídos à atuação integrada das forças policiais e ao aumento de investimentos na área. “Esses resultados são fruto do esforço conjunto entre as forças de segurança e dos investimentos do Governo de Goiás. A integração das operações tem sido determinante no enfrentamento ao crime”, afirmou.

Os dados são do sistema Qlik Sense (RAI), atualizados em 3 de novembro, e incluem os casos de feminicídio na soma total de homicídios, conforme metodologia oficial da SSP-GO. Renato Brum destacou que as ações de policiamento e repressão continuarão. “Chegamos a números que mostram a redução dos índices de violência, mas o trabalho seguirá intensificado, com foco na preservação da vida e no combate à criminalidade”, concluiu.

PODER

FINANÇAS

Isenção do IR reacende alerta nos municípios goianos

Ricardo Stuckert / PR



Promessa de campanha de Lula, isenção deve reduzir repasses a municípios

Levantamento do TCM-GO indica que metade das prefeituras vão perder um quarto da receita proveniente do imposto de renda retido na fonte

Lucas de Godoi

A aprovação unânime no Senado Federal da nova tabela do Imposto de Renda, que isenta quem ganha até R\$ 5 mil por mês, acende um alerta entre prefeitos goianos. A medida, que deverá entrar em vigor em 2026, promete aliviar o bolso de cerca de 15 milhões de brasileiros, mas pode causar "impacto significativo nas finanças municipais". A previsão é do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO), que calcula uma perda média de 30% na arrecadação de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

Em metade das cidades goianas, a queda na arrecadação própria do imposto de renda será igual ou superior a 25% da receita dessa fonte, com impacto mais severo nos pequenos municípios, onde a folha de pagamento é formada majoritariamente por servidores na faixa de isenção.

Ainda segundo o estudo Diálogos, do TCM-GO, o IRRF representa 2,1% das receitas correntes e 12,9% das receitas próprias dos municípios goianos. Municípios pequenos,

como Guaraitá, chegam a 40,3% das receitas próprias.

Além disso, a mudança tributária também impacta o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), principal fonte de receita da maioria das cidades, que é formado por uma fatia da arrecadação federal de Imposto de Renda e IPI. Assim, cada isenção ou desoneração reduz, de forma proporcional, o volume de recursos transferidos aos cofres locais.

PERDA DE VALOR

O temor ocorre em um momento em que os números do FPM em Goiás mostram uma trajetória de crescimento nominal expressiva, mas com sinais de desgaste real.

Levantamento da Tribuna do Planalto no Tesouro Nacional mostra que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) mais do que dobrou em Goiás na última década. Em 2014, o total repassado às prefeituras goianas foi de R\$ 2,36 bilhões.

Dez anos depois, o valor saltou para R\$ 6,6 bilhões, um

aumento de 163%. No acumulado entre 2014 e 2024, o montante chega a R\$ 42,3 bilhões, considerando as leis complementares 201/23 que viabilizou compensação, e a Lei Kandir.

Apesar disso, a percepção nos municípios é de que o dinheiro não rende mais como antes. O presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM), José Délio Jr., afirmou à Tribuna em entrevista recente que um terço das cidades do Estado "não estão conseguindo fechar o ano no azul" e que "o governo anuncia alívio para o trabalhador, mas quem paga a conta são os prefeitos".

O problema é que o aumento nominal da receita convive com uma combinação de fatores que neutralizam seus efeitos: inflação acumulada, elevação dos pisos salariais nacionais e novas responsabilidades repassadas às administrações locais.

"Vamos supor que a inflação é 5,6%, e o FPM está dando 4%, 5%. Tinha que crescer

acima da inflação. E vem várias coisas, falta de contagem populacional, porque é de acordo com o Censo e o Censo está defasado. A cada dia a dificuldade aumenta ainda mais.", considera José Délio.

Prefeito de Hidrolândia, ele também reclama que medidas federais como a isenção do IR corroem a base de arrecadação que sustenta o FPM. "O Fundo de Participação dos Municípios é formado pelo Imposto de Renda e IPI, e são os dois impostos que mais ganham isenção na história."

O município que ele administra, por exemplo, terá perda estimada de 23,4% na arrecadação própria do IRRF, segundo levantamento do TCM-GO. O impacto da mudança no FPM da cidade ainda não foi apurado.

PROBLEMA ESTRUTURAL

Para o professor de Direito Tributário Lucas Moraes, o problema é estrutural e se arrasta há décadas. "Temos um problema histórico desde a Constituição de 1988, quando a arrecadação ficou concentrada nas mãos do governo federal, mas as competências dos serviços públicos foram repassadas aos entes subnacionais", explica.

Segundo Moraes, "o custo do serviço público tem aumentado muito para estados e municípios — educação, saúde, segurança pública — despesas custeadas majoritariamente pelos estados e municípios e cuja demanda tem aumentado de forma exponencial".

A União promete compensar a desoneração ampliando a taxa sobre os mais ricos, mas especialistas duvidam que o impacto seja neutro.

O projeto prevê uma ali-

quota extra progressiva de até 10% para aqueles que recebem mais de R\$ 600 mil por ano (R\$ 50 mil por mês). O texto também estabelece a tributação para lucros e dividendos remetidos para o exterior com alíquota de 10%.

Segundo levantamento da Instituição Fiscal Independente, o efeito líquido pode representar perda de até R\$ 1 bilhão por ano para o Tesouro Nacional, com reflexos indiretos nas transferências aos municípios. Já a consultoria de Orçamento do Senado projeta impacto negativo de R\$ 4 bilhões.

Para o professor, embora a proposta tenha méritos sociais e traga alívio direto a milhões de brasileiros, o desequilíbrio federativo persiste. "A medida é boa para a população, especialmente para os servidores públicos que ganham até R\$ 5 mil e terão isenção, mas seria perfeita se o governo federal tivesse oferecido uma contrapartida", explica.

"O que os municípios estão perdendo era obrigação da União compensar, para que não ficassem com o orçamento descoberto", conclui Lucas Moraes.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) também criticou o projeto aprovado no Senado por não prever compensação financeira às prefeituras pelas perdas de arrecadação. Segundo a entidade, a isenção deve gerar um impacto anual de R\$ 5,1 bilhões aos cofres municipais. Com a rejeição da emenda que previa o ressarcimento pela União, a CNM defende a aprovação da PEC 25/2022, que amplia em 1,5% o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como forma de equilibrar as finanças locais.

Goiânia é pouco afetada devido à alta arrecadação própria

Entre os 246 municípios do Estado, Goiânia será a que menos perderá receita com a nova faixa de isenção do Imposto de Renda, segundo levantamento do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO). A estimativa aponta uma queda de 6,7% na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), índice bem abaixo da média estadual de 30%.

Isto porque, ao longo dos anos, a receita perdeu peso na

composição do orçamento da cidade. Atualmente, representa menos de 10% do caixa da administração municipal.

De acordo com o Portal da Transparência da Prefeitura de Goiânia, a capital prevê receber R\$ 872,6 milhões do fundo em 2025, sendo R\$ 797,6 milhões referentes à cota mensal e R\$ 75 milhões das cotas extraordinárias. Esse volume representa 9% da receita total estimada para o exercício de 2025, projetada em R\$ 9,75 bilhões.

LOA 2026

Em tramitação na Câmara Municipal, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 projeta R\$ 670,8 milhões em repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sendo R\$ 616 milhões referentes às cotas mensais e R\$ 54,7 milhões das cotas extraordinárias.

O total é R\$ 201 milhões menor que o previsto para 2025, uma redução nominal de 23%.

Por outro lado, Goiânia prevê arrecadar R\$ 3,78 bilhões

de tributos municipais no ano que vem, superando pela primeira vez as transferências da União e do Estado.

Os principais impostos locais, ISS (R\$ 1,69 bilhão), IPTU (R\$ 1,28 bilhão), Imposto de Renda retido na fonte (R\$ 393 milhões) e ITBI (R\$ 412 milhões), respondem juntos por um terço do orçamento.

Na outra ponta, o cenário pode impactar cidades menores. Heitorai (-76,2%), Hidrolina (-74,1%), Mairipotaba (-72,5%),

Campos Verdes (-69%) e Uirapuru (-66,9%) figuram entre os mais afetados, com perdas que comprometem boa parte da receita própria.

O professor de Direito Tributário Lucas Moraes considera que as cidades pequenas, com economias pouco diversificadas, terão de incrementar receitas para deixar as contas em ordem. "Os prefeitos terão que aumentar a arrecadação de ISS e até mesmo ir a Brasília pedir recursos".

APARECIDA

Diogo Tufão assume mandato de vereador

Suplente do PSD é diplomado após recontagem de votos por fraude na cota de gênero na chapa do Avante, que perde vaga de Cristiano Zói

Divulgação



Sessão do TRE contou com representantes de partidos, do MP e da OAB

Thiago Queiroz

Após recontagem de votos feita pela Justiça Eleitoral, Diogo Tufão (PSD) assumiu mandato de vereador em Aparecida de Goiânia em substituição a Cristiano Zói (Avante), que teve o mandato cassado por sua legenda não ter cumprido a cota de 30% reservada para candidaturas femininas exigida pela legislação eleitoral. A sessão, com a presença de representantes de partidos políticos, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

para acompanhar a nova totalização da eleição municipal de 2024 no município, foi realizada nesta sexta-feira (7/11), no Cartório da 119ª Zona Eleitoral.

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) havia confirmado, em junho, a cassação do mandato do vereador Cristiano Zoi, por descumprimento na cota de gênero na chapa do Avante, mantendo a decisão da primeira instância por maioria de votos (5 a 2). A decisão anulou os votos atribuídos à legenda, o que provocou a recontagem. A ação mirou a

candidatura de Rute de Jesus Santos Ribeiro, que, segundo o processo, teria sido registrada apenas para cumprir a exigência legal, mas sem ter participado da campanha. O TRE entendeu que realmente houve fraude e violação.

“O Avante apresentou, na verdade, uma candidatura fictícia. Obtivemos sucesso na primeira e na segunda instância. Agora, aguardamos a notificação da Presidência da Câmara e a consequente posse na quarta-feira [12/11]”, disse Tufão, logo após o fim da sessão. Ele era o primeiro suplente

do PSD, que, com o resultado, acabou ficando com a vaga. A juíza titular, Denise Gondim de Mendonça, fez a entrega do diploma ao novo vereador.

Segundo Tufão, que concorreu pela primeira vez em uma eleição, a disputa judicial foi também uma “longa batalha de dedicação e esforço”. “Conquistar esse objetivo é gratificante. Fui eleito com 1.757 votos e pretendo trabalhar intensamente para honrá-los.”

Com a posse de Tufão, o PSD passa a ter vaga na Câmara. Ele afirma que foi

um dos primeiros apoiadores da candidatura do prefeito Leandro Vilela (MDB), de quem é assessor na prefeitura, e, agora vereador, será da base de apoio. Ele foi assessor também do ex-prefeito Vilmar Mariano (UB), até se desincompatibilizar para ser candidato, em 2024.

O vereador explica que seu trabalho como parlamentar terá um viés social, perfil que garantiu a votação recebida. Na política, agora com mandato, ele diz que trabalhará na defesa para que o PSD de Aparecida tem um nome na chapa majoritária nas eleições de 2026 junto com Daniel Vilela (MDB). “O nome é Gustavo Mendanha, com certeza, seria uma excelente escolha.”

Nas redes sociais, o ex-vereador Cristiano Zói disse, em vídeo publicado, que “continua determinado e de cabeça erguida”. Ele criticou o motivo da cassação do mandato. “Estou sendo cassado por uma lei falha, cheia de brechas, chamada cota de gênero. Infelizmente, é ridículo o que está acontecendo”, lamentou ele.

GOIÂNIA

Paço prevê alta de ICMS e IPVA em 2026, em sintonia com Estado

Lucas de Godoi

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, enviada pelo prefeito Sandro Mabel (UB) à Câmara Municipal, projeta aumento nas receitas de ICMS e IPVA, acompanhando o cenário de crescimento previsto pelo Governo de Goiás, cuja estimativa para 2026 aponta aumento de 13,8% em relação ao previsto pela LDO 2025.

Goiânia prevê avanço de 8,6% na cota-parte do ICMS, que passa de R\$ 857,6 milhões em 2025 para R\$ 931,2 milhões em 2026, e de 24,2% no IPVA, que sobe de R\$ 459,3 milhões para R\$ 570,4 milhões.

No texto enviado à Assembleia Legislativa, o governo estadual calcula que o ICMS crescerá de R\$ 18,04 bilhões em 2025 para R\$ 19 bilhões em 2026, e o IPVA, de R\$ 1,33 bilhão para R\$ 1,4 bilhão, ambos com

avanço real próximo de 1% após o desconto da inflação.

No caso da capital, as variações são mais otimistas e refletem, segundo a Prefeitura, “o nível de crescimento econômico medido pelo PIB e a expectativa de inflação para o período” além do “crescimento da frota de veículos na cidade”.

A própria LOA do município destaca que a arrecadação do ICMS sofre influência direta do PIB, da inflação e do Índice de Participação dos Municípios (IPM), que define a fatia da cidade na arrecadação estadual.

Embora o IPM de Goiânia tenha recuado em 2025, o Paço afirma que a projeção para 2026 considera “os valores repassados pelo Estado relativamente ao ICMS educação e saúde”.

CÂMARA REAGE

A Câmara Municipal considerou uma previsão con-

Divulgação



Goiânia estima receita de R\$ 10,4 bilhões

servadora de arrecadação, com crítica de vereadores que apontaram para tentativa de diminuir o repasse constitucional do duodécimo para a Casa e o montante das emendas parlamentares, calculados a partir de um orçamento mais enxuto.

O presidente da Câmara, Romário Policarpo (PRD), afirmou que os vereadores

devem rediscutir parte do texto, especialmente o valor individual das emendas impositivas, que no entendimento dos parlamentares deveria ser de R\$ 5,3 milhões por vereador, e não de R\$ 4,7 milhões, como consta na proposta do Executivo.

Devido à queda de braço entre vereadores de oposição e o Paço na tramitação da Lei

de Diretrizes Orçamentárias (LDO), as duas peças orçamentárias, LDO e LOA, tramitam simultaneamente pela primeira vez e precisam ser aprovadas até o fim do ano.

A Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) afirmou, em nota enviada à Tribuna, que o orçamento de 2026 é elaborado “com base em premissas realistas para eliminar a superestimação de receitas que constava no orçamento anterior”.

Segundo a pasta, a gestão anterior encaminhou à Câmara Municipal de Vereadores “um orçamento com cerca de R\$ 1 bilhão de reais a mais em receitas previstas”.

“Atualmente a Sefaz trabalha para corrigir esse desequilíbrio e construir uma peça orçamentária para 2026 que exclua o excesso de receita previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025”, completa a nota.

ESCOLA

GESTÃO

Brasil adota Sistema Único para reestruturar a Educação

Especialista vê potencial para reduzir desigualdades, mas alerta que sucesso depende de um "aprendizado de colaboração" entre União, estados e municípios

Dhayane Marques

Num ato carregado de simbolismo histórico, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou no último dia 31 de outubro a Lei Complementar nº 220/2025, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE). A medida, comparada pelo próprio governo a um "SUS da Educação", visa criar uma governança cooperativa entre União, estados e municípios, organizando de forma articulada a elaboração e implementação de políticas públicas educacionais no país.

O ministro Camilo Santana classificou o feito como fundamental para "definir regras mais claras" e estabelecer um "regime de colaboração" entre os entes federados, com o Plano Nacional de Educação (PNE) como bússola. Para Santana, o SNE representa a materialização de um "feito

histórico" que definirá regras claras de colaboração após 16 anos de tramitação no Congresso.

Em entrevista exclusiva à Tribuna do Planalto, o professor doutor João Ferreira de Oliveira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), manifestou otimismo com a nova arquitetura educacional. Ele traçou um paralelo direto com o Sistema Único de Saúde (SUS), lembrando que ambos foram previstos na Constituição de 1988, mas apenas o SNE demorou 37 anos para sair do papel. "O propósito maior é garantir o direito à educação com qualidade", afirmou, destacando que o sistema funcionará como um "sistema dos sistemas", articulando a "quantidade enorme" de redes de ensino existentes hoje no país.

Para o especialista, a chave do SNE está na "governança democrática". Diferente do modelo atual, no qual cada ente define suas políticas de maneira "não integrada", o novo sistema criará comissões nacionais e estaduais onde todos "vão ter que sentar na mesa". "O maior desafio é essa governança democrática, que a gente ainda não tem", ponderou Oliveira. Ele acredita que essa prática colaborativa será um aprendizado fundamental para gestores, forçando a tomada de decisões de forma horizontal, e não vertical.

Um dos avanços mais aguardados, segundo o professor, é a correção das "assimetrias e desigualdades regionais". O SNE deve proporcionar um mapeamento e uma redis-

FREPIK



Especialista adverte que sucesso depende de superar rivalidades políticas e implementar colaboração real

SAIBA MAIS

O que é o Sistema Nacional de Educação (SNE)?

Inspirado no modelo do SUS, o SNE é a estrutura que organiza e articula a colaboração entre União, estados e municípios na gestão da educação brasileira. Seus principais pilares são:

- ✓ Regime de Colaboração: Cria instâncias formais (comissões) para que os três entes federativos planejem, executem e avaliem políticas educacionais em conjunto.
- ✓ Redução de Desigualdades: Objetiva redistribuir recursos técnicos e financeiros para reduzir as assimetrias entre as redes de ensino mais ricas e mais pobres.
- ✓ Padrões Nacionais de Qualidade: Define parâmetros mínimos de qualidade para todas as escolas, baseados em um Custo Aluno-Qualidade (CAQ).
- ✓ Gestão Democrática: Fortalece a participação da sociedade civil no acompanhamento e controle das políticas educacionais.
- ✓ Integração de Dados: Unifica e aprimora os sistemas de informação e avaliação educacional, permitindo diagnósticos mais precisos e ações mais eficazes.
- ✓ Valorização dos Profissionais: Cria mecanismos para avançar em questões como planos de carreira, formação continuada e condições de trabalho dos professores.

Em resumo, o SNE não é um novo currículo ou conteúdo, mas a "engrenagem" que deve fazer com que as políticas educacionais funcionem de forma coordenada em todo o território nacional.

tribuição de recursos mais eficientes, fazendo com que o dinheiro "chegue aos municípios mais pobres". Além disso, a integração de bases de dados de avaliação e do censo escolar permitirá diagnósticos mais precisos. "Não basta saber que o aluno tirou nota baixa, a gente precisa saber por quê", explicou Oliveira, vislumbrando políticas mais assertivas baseadas em evidências.

A valorização dos profissionais da educação é outra frente na qual o SNE pode causar impacto significativo. Oliveira citou que a lei dedica uma parte aos professores, e as instâncias de pactuação serão fóruns para discutir questões como a precarização do trabalho — "50% dos professores do Brasil têm contratos precarizados" —, planos de carreira, formação continuada e o cumprimento do piso salarial. "Eu imagino que a formação e valorização dos professores é um aspecto que vai avançar bastante", projetou.

Apesar do cenário promissor, o acadêmico faz um alerta: o SNE "precisa ser abraçado" por todos. Ele enfatiza que se trata de um "sistema de Estado", e não de governo, e que seu sucesso dependerá do empenho dos executivos nas três esferas, do Congresso Nacional, do Ministério Público e da sociedade civil. "Não pode ser igual ao PNE [Plano Nacional de Educação] que foi meio que deixado de lado", comparou. A expectativa é que, assim como o SUS, o SNE se torne uma política de estado consolidada, capaz de transformar a educação brasileira em uma década.

Sistema Nacional de Educação era demanda urgente há anos

A sanção do Sistema Nacional de Educação em 2025 atende a uma demanda considerada urgente há anos. Em nota publicada originalmente em 2019 e atualizada em outubro de 2025, o movimento Todos Pela Educação já alertava que a falta de um sistema nacional que articule as diferentes necessidades dos entes era um grande desafio para a qualidade do ensino. A organi-

zação defendia que era "urgente a aprovação e implementação" do SNE para enfrentar as desigualdades de recursos e de aprendizagem.

A nota do Todos Pela Educação explicava que, sem o SNE, os entes federativos ficam sem apoio adequado e muitas vezes assumem funções que não são de sua competência, ou deixam de cumpri-las. O principal impacto, segundo a organi-

zação, recai sobre o estudante, que sofre com a "ineficiência na alocação de verbas" e disputas na oferta de vagas, como no Ensino Fundamental.

A correlação entre a nota e a fala do professor João Ferreira é clara no diagnóstico dos problemas. Enquanto o Todos Pela Educação apontava a "sobreposição de funções" e a "cooperação insuficiente", o acadêmico descreveu a reali-

dade atual como uma miríade de sistemas que atuam de forma "não integrada" e "não articulada". Ambos os textos convergem ao identificar a desorganização federativa como o cerne do problema a ser sanado pelo SNE.

A expectativa de que o SNE traga mais clareza e colaboração, expressa de forma esperançosa pelo professor, ecoa a solução proposta pela organi-

zação. A nota do Todos Pela Educação concluía que "o quanto antes avançarmos com uma lei complementar (...) melhores serão as condições de oferta de ensino e, consequentemente, a qualidade da Educação". A sanção da lei, portanto, materializa um antigo consenso da área sobre a necessidade de ordenar o sistema para, só então, avançar em qualidade e equidade.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

Goiás busca empréstimo de R\$ 30 milhões para fechar contas do ano

Além de viver momentos de muitas dificuldades e incertezas no campo de jogo, o Goiás atravessa sérios problemas financeiros. O Clube não tem dinheiro em caixa para saldar os compromissos nos meses finais de 2025, muito menos para iniciar o planejamento para a temporada de 2026. Só um empréstimo de R\$ 30 milhões pode salvar o Clube da Serrinha do caos financeiro.

Para resolver essa questão, o Goiás publicou Edital de Convocação para Reunião Ordinária do Conselho de Administração visando analisar e deliberar sobre a operação de crédito recomendada pela Diretoria Executiva. Na próxima semana, essa reunião deve acontecer e o empréstimo certamente será aprovado para o pagamento de salários, rescisões, pagamento de fornecedores, além da estrutura do Clube nos próximos meses.

O Goiás apostou no acesso e não poupou gastos durante os últimos dois anos. A conta ainda estava fechando por conta da antecipação de 10% junto aos investidores que adquiriram os direitos comerciais da Liga Forte de futebol. O



Goias sem dinheiro para os compromissos de final de ano

Verdão pegou muito dinheiro, gastou sem controle, não subiu no ano passado e neste ano está com o acesso seriamente comprometido. Resultado: tem que buscar socorro no mercado financeiro. Se subir, fica tudo bem, ano que vem entra muito dinheiro e o empréstimo será pago sem maiores dificuldades, mas um fracasso nesta reta final pode significar um ano de 2026 desastroso para o Goiás Esporte Clube.

Goias não tem forças para subir

O grande problema do Goiás é sua incompetência para superar os adversários da reta final e alcançar o acesso. A diretoria entendeu tudo errado. Não percebeu que liderar no primeiro turno não significa chegar na última rodada entre os quatro primeiros. Não percebeu que os adversários se reforçaram na janela de agosto e o Goiás achou que tinha time suficientemente forte para o acesso. Não contratou outro centroavante para fazer sombra para Anselmo Ramon. Contratou o zagueiro Titi e o meia Wellington Rato ganhando salários bem maiores que a maioria do elenco. Desarmonizou o grupo e não melhorou a produtividade do time em campo.

No segundo turno o time foi um fiasco. Perdeu para os piores times do campeonato jogando em casa. E não foi uma oscilação de momento, pois até o agora o Goiás não reencontrou seu melhor futebol. Continua perdendo e restam poucos jogos para o fim da competição. Como exemplo, no primeiro turno, o esmeraldino ganhou do Atlético Paranaense na Arena da Baixada. No segundo turno, o Furacão chegou reforçado e venceu o Goiás na Serrinha. Foi assim com a Chapecoense e muitos outros. Por isso, a bancarrota na reta final da série B. Sem forças técnicas, dificilmente o alviverde da Serrinha chega à elite do futebol brasileiro.

Emerson Leão e Osvaldo de Oliveira, deselegantes e desnecessários

Evento na sede da CBF é marcado por ataques de técnicos brasileiros contra Carlo Ancelotti. O 2º Fórum Brasileiros de Treinadores de Futebol, realizado na semana que passou na sede da Confederação Brasileira de Futebol, foi marcado por falas polêmicas de Emerson Leão e Osvaldo de Oliveira, que se pronunciaram contra a atuação de técnicos estrangeiros no futebol brasileiro. Primeiro falou Leão, que afirmou “não suportar a ideia de técnicos estrangeiros treinarem o Brasil”.

Depois foi a vez de Osvaldo de Oliveira, que pediu um treinador brasileiro depois que Ancelotti “vencer” a Copa do Mundo e deixar o Brasil. O técnico italiano estava no evento e foi convidado a entregar placas para os homenageados, entre eles o próprio Leão. Em seu pronunciamento, Ancelotti lembrou



Leão e Osvaldo de Oliveira, deselegantes com o técnico da seleção brasileira

que tem contrato até o final da Copa do Mundo de 2026, mas pode ficar no comando da seleção por mais um ciclo. A CBF não recebeu bem as declarações dos ex-treinadores Emerson Leão e Osvaldo de Oliveira. A cúpula da entidade classificou como “deselegantes e desnecessárias”, especialmente pelo fato do Fórum ter sido realizado na sede da CBF.

- ✓ O atacante Pedro Raul será reforço do Corinthians para a próxima temporada. O Ceará não deve renovar o empréstimo do atacante por conta do alto salário do camisa nove.
- ✓ A dívida do Corinthians com o atacante holandês Memphis Depay chegou ao valor aproximado de R\$ 23 milhões. Os custos do contrato do artilheiro levaram o presidente Osmar Stabile a pedir para o atleta deixar o hotel de luxo onde mora em São Paulo.
- ✓ A despesa mensal com o hotel onde mora Depay é de R\$ 250 mil. O jogador ainda tem à sua disposição seguranças, carro blindado e passagens de ida e volta para a Europa em seus momentos de folga.
- ✓ Carlo Ancelotti não tem esperanças de que Neymar possa atuar de forma intensa na próxima Copa do Mundo. O técnico teria revelado seu pensamento depois de ter acesso aos treinos físicos do camisa 10 do Santos.
- ✓ Ronei Freitas, presidente da Federação Goiana de Futebol, será o chefe da Delegação da CBF nos próximos amistosos da Seleção contra Tunísia e Senegal.
- ✓ CBF e Federação de Treinadores criticaram as declarações contra estrangeiros no futebol brasileiro. As entidades publicaram notas repudiando as falas de Emerson Leão e Osvaldo de Oliveira.

CULTURA

Diversão e ARTE

Dhayane Marques

dhayanemarquess@hotmail.com



Modo natalino, ativado!

O Natal chegou ao Flamboyant Shopping, o centro comercial mais antigo de Goiás, que deu início às celebrações com a chegada do Papai Noel, apresentações teatrais e uma queima de fogos silenciosa. Com o tema “Vila de Natal Flamboyant”, o espaço foi transformado em um verdadeiro espetáculo de luzes e encantamento: árvore de 15 metros, trem de trilho, carrossel iluminado e cenários instagramáveis fazem parte da programação, que inclui atrações acessíveis e parceria com o projeto Natal do Bem. Entre guirlandas, ursos animatrônicos e o tradicional presépio, o shopping convida o público a celebrar o espírito natalino em um passeio cheio de brilho e emoção.



Dhayane Marques

Depois do Sol, entre Carne e Pedra

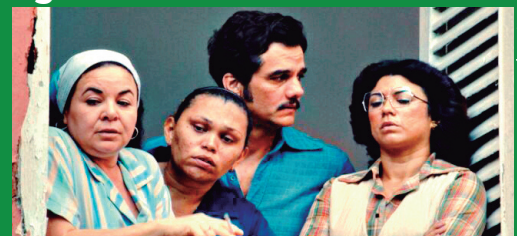
A Vila Cultural Cora Coralina abre suas portas nesta quinta-feira (13/11) para duas exposições que transformam o olhar sobre o cotidiano e a matéria da arte: Depois do Sol, de Renato Reno, e Carne e Pedra, de Carlos Monaretta. Em diálogo vibrante entre o abstrato e o concreto, Reno mergulha na cor e no gesto como forma pura de expressão, enquanto Monaretta ressignifica o que a cidade descarta, criando uma arqueologia poética dos restos urbanos. Com curadoria de Ralph Gehre, as mostras convidam o público a percorrer o intervalo entre luz e ruína, sensibilidade e crítica — um encontro entre o que nasce depois do sol e o que resiste entre carne e pedra. Entrada gratuita até 14 de dezembro.



Rafayane Carvalho

O Agente Secreto, com Wagner Moura, chega ao Cine Cultura

O Cine Cultura abre suas portas para a aguardada estreia de O Agente Secreto, de Kleber Mendonça, um mergulho intenso no Recife dos anos 1970, onde vigilância e resistência caminham lado a lado. Com Wagner Moura no papel central, o longa combina suspense político e drama humano, transportando o público para os dilemas de uma geração que enfrentou o medo com coragem. Entre suspense e poesia, Mendonça reafirma sua assinatura única no cinema brasileiro, e o Cine Cultura garante a experiência completa com som potente e imagem impecável, celebrando a magia das salas de cinema que inspiram cada frame do filme.



Reprodução

Mergulho no mundo de 3 palavrinhas

O Passeio das Águas Shopping recebe o parque temático 3 Palavrinhas, uma atração colorida e interativa com piscina gigante de bolinhas, brinquedos e muita música, que transforma diversão em aprendizado e conexão em família. Os ingressos custam R\$ 55,00 (30 minutos) e R\$ 70,00 (1 hora), com adicional de R\$ 2,00 por minuto excedente.

